



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGEP/DDP - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO, INGRESSO E
DESLIGAMENTO



EDITAL Nº 17, DE 08 DE AGOSTO DE 2025

A Universidade Federal do Rio Grande - FURG torna público este edital de concurso público, para provimento de cargo da carreira de servidor Técnico-Administrativo em Educação, a ser realizado de acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Lei nº 11.091, de 12 janeiro de 2005, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Instrução Normativa ME nº 2, de 27 de agosto de 2019, Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021, Deliberação nº 91/2017 – COEPEA, disposições do Estatuto e do Regimento Geral desta Universidade e demais regulamentações complementares, conforme disposto a seguir.

1. DOS CARGOS, VAGAS, REQUISITOS PARA INGRESSO, REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO SEMANAL, DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGO E LOCAL DE EXERCÍCIO

Cargo Nº do processo	Nível de classificação	Requisito para ingresso	Localidade de exercício	Vagas					
				Ampla concorrência	Pessoa negra	Pessoa indígena	Pessoa quilombola	Pessoa com deficiência	Total
Museólogo 23116.010352/2025- 38	E	Curso superior em Museologia	Rio Grande RS	1	0	0	0	0	1
Técnico em Assuntos Educaçãois 23116.010351/2025- 93	E	Curso superior em Pedagogia ou Licenciaturas	Rio Grande RS	7	3	0	0	2	12

Remuneração inicial: Vencimento básico no valor de R\$ 4.967,04 e auxílio alimentação no valor de R\$ 1.000,00. O servidor fará jus aos percentuais de incentivo à qualificação e à progressão, na forma da Lei nº 11.091, de 2005.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais.

Localidade de exercício: As localidades de exercício para as vagas ofertadas neste edital são as descritas no quadro acima. Os candidatos habilitados com classificação superior ao número de vagas ofertadas neste edital poderão ser convocados e lotados em quaisquer dos *campi* da Universidade, sem prévia consulta ao candidato.

Descrição sumária dos cargos:

MUSEÓLOGO: Organizar, ampliar e conservar, em museu, coleções de peças, adotando sistemas específicos de catalogação, classificação, manutenção e divulgação, para facilitar a exposição do acervo, possibilitar o controle de peças, auxiliar pesquisadores em suas consultas e despertar maior interesse no público. Elaborar e avaliar documentos institucionais sob a ótica técnico-administrativa. Executar outras atividades compatíveis com o cargo. Assessorar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Coordenar e desenvolver atividades administrativas e técnicas. Elaborar e avaliar documentos institucionais sob a ótica técnico-administrativa. Executar outras atividades compatíveis com o cargo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS

- 2.1. Das vagas disponíveis neste edital, e das que forem criadas ou disponibilizadas durante o prazo de validade do concurso, 30% (trinta por cento) serão providas nos termos do art. 1º da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025.
- 2.2. Da reserva total de 30%, são reservadas 25% a pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, 3% a indígenas e 2% a quilombolas.
- 2.3. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste edital resulte em número decimal, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5; ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5.
- 2.4. Conforme o art. 5º da Lei nº 15.142, de 2025, a reserva imediata de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 2 (duas).
- 2.5. O candidato interessado em se autodeclarar preto, pardo, indígena ou quilombola deverá assinalar a sua condição no campo “cor de pele/raça/etnia” da ficha de inscrição, valendo essa informação como autodeclaração, de responsabilidade exclusiva do próprio candidato, devendo este responder pelas consequências em caso de informação falsa.
- 2.6. O candidato que se autodeclarar preto, pardo, indígena ou quilombola indicará em campo específico, no momento da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas.
- 2.7. O candidato que se autodeclarar preto ou pardo, se classificado, será submetido, obrigatoriamente, antes da homologação do resultado final do concurso ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, que será realizado por comissão criada, especificamente, para esse fim.
- 2.8. A comissão designada para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração considerará os aspectos fenotípicos verificados, obrigatoriamente, na presença do candidato.
- 2.9. Para esse fim, será considerado fenótipo o conjunto de caracteres visíveis do indivíduo, em relação à sua constituição.
- 2.10. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será realizado no período compreendido entre a divulgação das notas da prova teórica e a homologação do resultado final.
- 2.11. A relação dos candidatos que deverão comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será divulgada por meio de Edital publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.
- 2.12. O candidato que não for reconhecido pela Comissão como preto ou pardo – cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má-fé – ou aquele que não comparecer para a verificação, na data, no horário e no local, a serem estabelecidos em Edital específico para esse fim, continuará participando do concurso em relação às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que possua nota ou pontuação suficiente para tal.
- 2.13. O resultado preliminar do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.
- 2.14. O candidato que se autodeclarar indígena ou quilombola, se classificado, antes da homologação do resultado final da seleção, sujeitar-se-á ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, que será realizado por comissão criada especificamente para este fim.
- 2.15. O candidato que se autodeclarar indígena deverá anexar à ficha de inscrição os documentos comprobatórios do pertencimento étnico, conforme descrito a seguir.
- 2.15.1 Documento de identificação civil expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico; ou
- 2.15.2 Declaração da comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico do candidato, assinada por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia.
- 2.16. O candidato que se autodeclarar quilombola deverá anexar à ficha de inscrição os documentos comprobatórios do pertencimento étnico, conforme descrito a seguir.
- 2.16.1 Declaração que comprove seu pertencimento étnico, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos moldes do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
- 2.16.2 Certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual o candidato pertence.
- 2.17. A Comissão designada para verificação documental dos candidatos indígenas ou quilombolas considerará a documentação comprobatória do pertencimento étnico enviada durante o período de inscrições.
- 2.18. A relação dos candidatos indígenas ou quilombolas que estarão sujeitos ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração será divulgada por meio de edital publicado no endereço

eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público.

2.19. O candidato que não tiver sua autodeclaração confirmada pela Comissão ou aquele que não enviar os documentos comprobatórios no ato da inscrição, continuará participando do processo seletivo para concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que possua nota ou pontuação suficiente para tal.

2.20. O resultado preliminar do procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração dos candidatos indígenas ou quilombolas, será publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Processo Seletivo, em data prevista no edital mencionado no subitem 2.18.

2.21. O candidato autodeclarado preto, pardo, indígena ou quilombola. participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para classificação.

2.22. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga reservada para pessoa preta, parda, indígena ou quilombola implicará a sua substituição pelo próximo candidato classificado na mesma lista, desde que haja candidato classificado para essas vagas.

2.23. Os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou quilombolas que tenham a autodeclaração confirmada concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame, figurando em lista específica para candidatos pretos, pardos, indígenas ou quilombolas e em lista por cargo.

2.24. Os candidatos pretos, pardos, indígenas ou quilombolas que tiverem sua autodeclaração confirmada, classificados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não ocuparão as vagas reservadas.

2.25. Vagas oriundas de nomeações de candidatos que não tomaram posse, não serão consideradas como vagas novas.

3. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito à inscrição nos Concursos Públicos para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem, de acordo com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112, de 1990.

3.2. Consideram-se pessoas com deficiência os que se enquadrem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.3. O candidato interessado em se inscrever no concurso como pessoa com deficiência deverá assinalar, no campo “deficiência” na ficha de inscrição, o tipo de deficiência e, na forma do art. 3º, inciso IV, do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, obrigatoriamente, anexar documentação caracterizadora da deficiência emitida por profissional legalmente habilitado especialista na área da deficiência.

3.4. A documentação caracterizadora da deficiência deverá conter a identificação de quem se candidatou, a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, a data de emissão e a assinatura da pessoa responsável pela emissão do documento, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

3.5. A documentação caracterizadora da deficiência deverá ter sido emitida nos últimos 36 meses contados da data de publicação deste Edital, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.

3.6. A documentação caracterizadora da deficiência deverá estar digitalizada na íntegra, em boa qualidade e legível.

3.7. O não cumprimento dos itens 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 acarretará a perda do direito de possível classificação na condição de pessoa com deficiência.

3.8. Considerando os percentuais citados no Decreto nº 9.508, de 2018, e na Lei 8.112, de 1990, a reserva imediata de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 5 (cinco).

3.9. Das vagas disponíveis, neste edital, e das que forem criadas ou disponibilizadas durante o prazo de validade do concurso, 10% (dez por cento) serão providas nos termos do § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112, de 1990, e do Decreto nº 9.508, de 2018, e suas alterações.

3.10. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 3.9 deste edital resulte em número decimal, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.11. O candidato com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para classificação.

3.12. O candidato com deficiência, se classificado, sujeitar-se-á, obrigatoriamente, antes da homologação do

resultado final da seleção, ao procedimento de caracterização da deficiência realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, por meio de análise documental.

3.13. O procedimento de caracterização da deficiência será realizado no período compreendido entre a divulgação das notas da prova teórica e a homologação do resultado final.

3.14. Em caso de dúvida quanto à caracterização da deficiência, os candidatos com deficiência poderão ser convocados para avaliação presencial.

3.15. A relação dos candidatos que deverão comparecer para a avaliação presencial será divulgada por meio de edital publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

3.16. O resultado preliminar do procedimento de caracterização da deficiência será publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Processo Seletivo Simplificado, juntamente com as informações necessárias para interposição de recurso.

3.17. O candidato cuja deficiência não for confirmada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar, concorrerá somente às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que possua nota ou pontuação suficiente para tal.

3.18. Em caso de desistência de candidato com deficiência classificado, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

3.19. Os candidatos com deficiência, aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, não preencherão as vagas reservadas.

3.20. Vagas oriundas de nomeações de candidatos que não tomaram posse ou que não entraram em exercício não serão consideradas como vagas novas.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e das condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Os dados cadastrais informados no ato da inscrição e o pagamento do valor da inscrição são de responsabilidade exclusiva do candidato, que arcará com as consequências de eventuais erros e/ou falhas do não preenchimento ou do preenchimento incorreto de qualquer campo necessário à inscrição.

4.3. O documento de identidade indicado, no momento da inscrição, deverá atender ao estabelecido no item 5.4.

4.4. As inscrições serão realizadas das 9h do dia **20/08/2025** até às 23h59min do dia **09/09/2025**, exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, devendo o candidato seguir as orientações elencadas neste Edital e no *site* de realização da inscrição.

4.5. A FURG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento nas linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de R\$140,00.

4.7. O pagamento da taxa de inscrição, deverá ser efetuado até o dia **10/09/2025**, pagável em toda a rede bancária.

4.8. O valor da taxa de inscrição não será devolvido, exceto no caso de cancelamento do concurso por interesse da FURG.

4.9. O simples agendamento de pagamento da taxa de inscrição junto ao banco não configura a efetivação da inscrição e não será processado qualquer registro de pagamento em data posterior à indicada no documento para o pagamento da taxa de inscrição, não sendo de responsabilidade da FURG as inscrições não efetivadas por falta de pagamento; pagamentos que estejam em divergência com os valores estipulados neste Edital ou que não tenham sido feitos em favor do próprio candidato.

4.10. A inscrição somente será confirmada após a identificação eletrônica do pagamento ou da homologação da isenção da taxa de inscrição.

4.11. Isenção da taxa de inscrição

4.11.1. Poderá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, e o candidato doador de medula óssea, conforme Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

4.11.2. Para o candidato a que se refere o Decreto nº 6.593, de 2008, a isenção deverá ser solicitada pelo candidato mediante preenchimento, na ficha de inscrição, do número do NIS e, para o candidato a que se refere a Lei nº 13.656, de 2018, o procedimento será anexar, na ficha de inscrição, o comprovante de doador de medula óssea, das 9h do dia **20/08/2025** até às 23h59min do dia **26/08/2025**. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição encaminhada de outra forma ou em outro período.

4.11.3. A FURG consultará o órgão gestor do CadÚnico, responsável pela verificação da situação cadastral dos

inscritos nos Programas Sociais do Governo Federal, para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.11.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

4.11.5. A listagem das inscrições de isentos deferidas e/ou indeferidas será divulgada, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, no dia **01/09/2025**.

4.11.6. Caberá ao candidato realizar consulta, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, para verificar a sua situação com relação à isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4.11.7. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido, para ter sua inscrição homologada, deverá efetuar o pagamento da taxa devida, dentro do prazo estipulado no item 4.7.

4.12. Atendimento especial

4.12.1. O candidato que necessitar de algum tipo de atendimento ou de condição especial para a realização da prova teórica deverá assinalar, no campo correspondente, na ficha de inscrição, anexando parecer emitido por equipe multiprofissional ou profissional especialista, com a justificativa para o atendimento especial, a fim de serem viabilizadas as possíveis condições especiais.

4.12.2. No caso de solicitação de atendimento especial para amamentação, não é necessário anexar parecer ou atestado emitido por equipe multiprofissional ou profissional especialista no momento da inscrição, entretanto, a candidata deverá apresentar, no momento da realização das provas, a certidão de nascimento da criança para comprovar a idade limite de até 6 meses.

4.12.3. A candidata que estiver amamentando e solicitar condições para essa atividade deverá levar um acompanhante adulto que ficará em sala reservada para essa finalidade, ficando responsável pela guarda da criança. O acompanhante deverá respeitar as regras do certame, portanto estará proibido de utilizar aparelhos eletrônicos ou celulares no período em que permanecer dentro do prédio de aplicação das provas. A candidata terá o direito de proceder à amamentação, a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo gasto pela candidata será compensado integralmente para a realização da prova.

4.12.4. A solicitação de condições especiais para a realização de prova será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.12.5. O não atendimento ao subitem 4.12.1 ou 4.12.2 dispensa a FURG do provimento de condições especiais.

4.12.6. A listagem dos requerimentos deferidos e/ou indeferidos será divulgada no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, na ocasião da divulgação da homologação das inscrições.

4.13. Homologação das inscrições

4.13.1. A relação de inscrições homologadas será publicada, a partir de **19/09/2025**, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público.

4.13.2. Caberá ao candidato realizar consulta no endereço eletrônico indicado no item 4 [.13.1, para verificar se sua inscrição foi devidamente homologada.](#)

4.13.3. O candidato que não tiver sua inscrição homologada não poderá realizar a prova.

5. DAS PROVAS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO

5.1. A prova teórica está prevista para ser realizada no dia **30/11/2025**, na cidade de **Rio Grande/RS**, sendo que a confirmação de data, de horário e de local será divulgada até o dia **30/10/2025**. As informações sobre a data, o horário e a forma de entrega dos documentos para a prova de títulos serão divulgadas, posteriormente, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público.

5.2. Modalidade, peso, número de questões, classificação e ponto de corte constam no ANEXO a este edital.

5.3. O programa, as referências bibliográficas e os critérios para a pontuação dos títulos estarão disponíveis em link específico junto a este edital, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, até o início das inscrições.

5.4. Somente será admitido, na sala de prova, o candidato que estiver com sua inscrição homologada e portando documento original oficial de identificação, em formato físico. O documento apresentado no dia da prova deve, preferencialmente, ser o mesmo indicado na ficha de inscrição. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública - Institutos de Identificação; Corpos de Bombeiros Militares; cédula de identidade para estrangeiros emitida pelo Departamento de Polícia Federal; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação; Registro Nacional de Estrangeiro - RNE. Não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas.

- 5.5. O documento original oficial de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
- 5.6. Em caso de extravio do documento original oficial de identificação, para prestar a prova, o candidato deverá apresentar o registro de ocorrência em órgão policial, com emissão máxima de sessenta dias da data de aplicação da prova, devendo preencher declaração e realizar a identificação de impressão digital junto à Comissão Central do Concurso Público.
- 5.7. O candidato deverá comparecer ao local da prova teórica, munido de caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul escura.
- 5.8. Não será permitido, em qualquer hipótese, o ingresso de candidato ao local da prova após o fechamento dos portões.
- 5.9. Em hipótese alguma, os candidatos poderão prestar prova fora da data, do horário e do local pré-determinado.
- 5.10. É vedado o ingresso de candidatos em local de prova portando arma de qualquer natureza.
- 5.11. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao concurso público nos prédios e nas salas de aplicação das provas, após o início de sua realização.
- 5.12. Após ingresso no local de provas, os candidatos deverão dirigir-se imediatamente à sala de aplicação de prova, não sendo permitida a permanência nos corredores.
- 5.13. Depois de identificados e instalados em sala de prova, os candidatos que necessitarem ir ao sanitário somente poderão fazê-lo a partir do início da realização da prova.
- 5.14. Depois de identificados e instalados em sala de prova, os candidatos não poderão fazer uso de livros, de manuais, de impressos, de anotações, de máquinas calculadoras, de agendas eletrônicas ou similares, de telefone celular de qualquer tipo, de BIP, de MP3 *player* ou similar, de gravador ou de qualquer outro receptor de dados ou mensagens, de qualquer tipo de controle remoto, de protetor auricular, de fones de ouvido, de prótese auditiva, de óculos com lentes escuras, de relógio; de boné, de chapéu, de lenços ou similares.
- 5.15. O candidato que necessitar usar prótese auditiva ou outros equipamentos de saúde e não puder retirá-los durante a realização da prova, deverá fazer a solicitação de atendimento especial, conforme item 4.12.
- 5.16. A FURG não se responsabilizará pelo extravio de quaisquer objetos ou valores trazidos pelos candidatos durante a prova. Recomenda-se, portanto, que cada candidato leve somente o material permitido à realização da prova.
- 5.17. No dia de realização da prova teórica, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo ou aos critérios de avaliação e de classificação.
- 5.18. A prova teórica terá duração de até 2 horas.
- 5.19. O horário de início e de final da prova será definido dentro de cada sala de aplicação, observado o horário para o fechamento dos portões; o tempo utilizado para a leitura pelos fiscais de sala das instruções aos candidatos e do tempo de duração total estabelecido no item anterior.
- 5.20. Durante a realização das provas, não será permitido qualquer tipo de comunicação entre os candidatos.
- 5.21. Os candidatos poderão ausentar-se do recinto de aplicação da prova teórica, somente depois de decorrida 1 hora do seu início.
- 5.22. Após o início das provas, os candidatos não poderão fazer uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados, no item 5.14, dentro do prédio de aplicação das provas.
- 5.23. Após o início das provas, poderão ser usados detectores de metais no acesso dos candidatos aos sanitários. O candidato que se negar a submeter-se a essa verificação será automaticamente eliminado.
- 5.24. O candidato portador de prótese metálica, prótese auditiva, marca-passo ou outros, caso não possa ser submetido à verificação por detector de metal deverá fazer a solicitação de atendimento especial, conforme item 4.12.
- 5.25. Ao terminarem a prova teórica, os candidatos entregarão, obrigatoriamente, ao fiscal de sala seu cartão resposta devidamente assinado, podendo levar consigo o caderno de questões.
- 5.26. Ao final da prova teórica, deverão permanecer, no mínimo, dois candidatos na sala de prova. Assim, o penúltimo candidato deverá aguardar o último finalizar a prova para poder se retirar da sala.
- 5.27. A correção da prova teórica será realizada por processamento eletrônico, portanto serão consideradas somente as respostas registradas adequadamente no cartão resposta.
- 5.28. Somente serão permitidos assinalamentos, no cartão resposta, feitos com caneta esferográfica com tinta preta ou azul escura e não haverá substituição do cartão resposta, por qualquer erro cometido pelo candidato.
- 5.29. Não será computada como correta, pelo processo de leitura ótica, a questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada, com rasura ou assinalada a lápis.
- 5.30. O candidato não deverá danificar, de qualquer forma, o seu cartão resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento da leitura ótica.

5.31. O gabarito da prova teórica será divulgado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, em até 72 horas após sua aplicação.

5.32. O resultado de cada prova será divulgado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, onde constará a lista nominal dos candidatos aprovados, até o limite do quantitativo estabelecido no ANEXO deste Edital.

5.33. No caso de igualdade no resultado final entre candidatos, os critérios de desempate serão realizados pela seguinte ordem: idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrição neste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso; maior nota na prova teórica; maior nota na prova prática, quando houver; maior nota na prova de títulos e candidato com a maior idade.

6. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

6.1. Os candidatos poderão apresentar impugnação fundamentada, com objetivo de arguir impedimento dos membros da Banca Examinadora nos casos de haver membro cônjuge, companheiro, convivente ou parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de qualquer candidato; esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer candidato; tenha amizade íntima ou inimizade notória com qualquer candidato; mantenha ou tenha mantido, no interregno de 2 (dois) anos anteriores à publicação deste edital, vínculos de natureza acadêmica com qualquer candidato inscrito.

6.2. A impugnação, devidamente fundamentada, deverá ser realizada, por meio eletrônico, no endereço <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação da homologação das inscrições, no horário das 0h01min do primeiro dia às 23h59min do último dia.

6.3. O candidato poderá interpor recurso fundamentado, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, dispondo de 1 (um) dia útil após a divulgação do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição; da homologação das inscrições; da divulgação sobre o atendimento especial; do gabarito preliminar da prova teórica; do resultado de cada fase do concurso e do resultado da heteroidentificação, no horário das 0h01min às 23h59min.

6.4. Para o recurso relativo ao gabarito preliminar da prova teórica, o candidato deverá indicar, com precisão, a questão a ser revisada, fundamentando, com lógica e consistência, seus argumentos e, se necessário, instruídos com material bibliográfico incluído como anexo.

6.5 Recursos inconsistentes serão indeferidos.

6.6 Não será aceito recurso de outra forma que não a citada neste edital.

6.7 A resposta ao recurso do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgada no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público, até **08/09/2025**. Os demais recursos serão analisados, e as respectivas decisões serão divulgadas em <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, a partir do quarto dia útil contado do prazo final de interposição do recurso.

6.8 Se do julgamento do(s) recurso(s) resultar anulação de questão(ões), a pontuação correspondente à(s) questão(ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos.

6.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão dos resultados publicados após a análise de recursos ou recurso referente ao gabarito definitivo. O direito de petição fica assegurado, sem efeito suspensivo.

6.10 A FURG não se responsabilizará por recurso não recebido por motivo de ordem técnica de computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento nas linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

7.1 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final e ao estabelecido no ANEXO deste Edital.

7.2 O resultado final do concurso será homologado por edital publicado no Diário Oficial da União, onde constará a classificação e a nota final dos candidatos classificados.

7.3 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos pretos, pardos, indígenas ou quilombolas.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Todos os horários para este concurso obedecerão ao horário oficial de Brasília – DF.

8.2. Será excluído do concurso o candidato que:

- a) fazer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) provocar tumulto no local de aplicação da prova, agir com incorreção ou descortesia com qualquer pessoa da equipe encarregada da aplicação das provas, com a comissão central ou com candidato participante do processo;
- c) for responsável por falsa identificação pessoal;
- d) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do concurso público;
- e) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- f) retirar-se do recinto de prova durante a sua realização, sem a devida autorização;
- g) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e no cartão resposta;
- h) não atender às determinações regulamentares da PROGEP.

8.3. A aprovação no concurso público assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso.

8.4. A nomeação dos candidatos aprovados dar-se-á no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas (Lei nº 8.112, de 1990).

8.5. Após a publicação do edital de homologação do resultado final no Diário Oficial, o candidato aprovado dentro do quantitativo de vagas previsto no edital, poderá abdicar do direito de classificação para constar na última posição da lista de classificados, devendo manifestar expresso interesse por meio do preenchimento de um termo, que deverá ser solicitado pelo e-mail progep.csid@furg.br. As solicitações serão atendidas na ordem de recebimento do termo corretamente preenchido.

8.6. O candidato que, após a sua nomeação, solicitar a reclassificação para a última posição da lista de classificados, terá a sua nomeação tornada sem efeito, publicada no Diário Oficial da União, ocasião em que também será divulgada a sua opção de reclassificação no concurso.

8.7. Ao assumir o cargo, será exigida disponibilidade de horário, compatível com as necessidades da FURG, sendo observadas as normas legais referentes à acumulação de cargos e de empregos públicos.

8.8. Os documentos referentes aos requisitos para ingresso serão exigidos somente para investidura no cargo.

8.9. Os candidatos nomeados deverão comprovar, quando o cargo assim o exigir, o registro no Conselho de Classe competente.

8.10. Os diplomas de cursos superiores deverão atender ao disposto no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

8.11. O candidato nomeado será submetido ao exame de saúde admissional que o avalie como apto para o cargo.

8.12. O candidato deverá manter atualizados os dados cadastrais informados na ficha de inscrição, enquanto o concurso público estiver em validade, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização dessas informações.

8.13. A qualquer tempo, poder-se-ão anular a inscrição, as provas, a nomeação e a posse dos candidatos, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nas provas ou nos documentos apresentados.

8.14. O prazo de validade deste concurso público é de 2 (dois) anos, contados da data da primeira publicação do edital de homologação do concurso público no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da administração da Universidade.

8.15. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

8.16. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas ao desempenho de candidatos reprovados.

8.17. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares deste concurso que vierem a ser publicados pela FURG, bem como as disposições e as instruções contidas no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público; na ficha de inscrição; no caderno de provas; no cartão resposta e nos demais expedientes pertinentes.

8.18. É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público no Diário Oficial da União ou no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao Edital do Concurso Público.

8.19. A FURG poderá, a qualquer momento, rever a classificação dos candidatos, se decorrente de irregularidade apurada ou de equívoco administrativo, revogar, parcial ou totalmente, este concurso, por conveniência administrativa, e deverá anulá-lo, parcial ou totalmente, por vício, por irregularidade insanável ou por ilegalidade.

8.20. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela PROGEP.

ANEXO

PROVAS

1ª fase – Prova Teórica: de caráter eliminatório, com peso 6 (seis), que consistirá de uma prova objetiva, composta de 25 (vinte e cinco) questões, de conhecimento específico. Cada uma das questões terá cinco alternativas, das quais apenas uma será correta, e valerá 0,4 (quatro décimos) ponto, totalizando 10 (dez) pontos.

Somente será admitido à fase seguinte (da 1ª para a 2ª) o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis) pontos e estiver classificado até o número máximo de candidatos indicado na tabela abaixo e os empatados na última posição.

Considerando que este concurso possui uma única etapa constituída de duas fases, o número de candidatos classificados foi estabelecido de acordo com o Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Os candidatos não classificados dentro do número máximo indicado na tabela abaixo, ainda que tenham atingido a nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

Inexistindo candidatos aprovados para a reserva de vaga para pessoa indígena indicada na tabela abaixo, essas serão preenchidas por pessoas quilombolas.

Inexistindo candidatos aprovados para a reserva de vaga para pessoa quilombola indicada na tabela abaixo, essas serão preenchidas por pessoas indígenas.

Inexistindo candidatos aprovados para a reserva de vaga para pessoa indígena e quilombola indicadas na tabela abaixo, essas serão preenchidas por pessoas negras.

Cargo	Nº máximo de candidatos classificados					TOTAL
	Ampla concorrência	Pessoa negra	Pessoa indígena	Pessoa quilombola	Pessoa com deficiência	
Museólogo	3	1	0	0	1	5
Técnico em Assuntos Educacionais	24	11	1	1	5	42

2ª fase – Prova de Títulos: de caráter classificatório, com peso 4 (quatro). Nenhum candidato será considerado reprovado após a prova de títulos. A análise será realizada conforme a tabela de pontuação de títulos.

A nota final do candidato consistirá na média aritmética ponderada das notas apuradas nas provas, observado arredondamento até a segunda casa decimal.

Nenhum dos candidatos empatados, na última posição de classificação de aprovados, em qualquer uma das fases, será considerado reprovado.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Luis Soares de Brito, Pró-Reitor**, em 12/08/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0458012** e o código CRC **210ACA36**.



PROGRAMA E REFERÊNCIAS DO EDITAL Nº 17/2025

MUSEÓLOGO

PROGRAMA

1 Museologia:

- 1.1 Musealização da Arqueologia;
- 1.2 Documentação de acervos museológicos;
- 1.3 Conservação preventiva de acervos museológicos;
- 1.4. Comunicação e difusão de acervos museológicos;
- 1.5. Cibernuseologia e repositórios de acervos virtuais.

2 Arqueologia:

- 2.1 Definição da Arqueologia: seus objetos científicos, seus campos e seus tempos;
- 2.2 Materialidade, Arqueologia e o Brasil multicultural e pluritemporal;
- 2.3 Materialidades, sociedades e ideias sob o ponto de vista arqueológico;
- 2.4 Tecnologias cerâmicas e seus produtos;
- 2.5 Tecnologias líticas e seus produtos;
- 2.6 Tecnologias dos vidros e dos metais e seus produtos;
- 2.7 Arqueologia e materiais contemporâneos;
- 2.8 Conservação e restauração dos materiais arqueológicos.

3 Arqueologia Digital:

- 3.1 Conceitos de Ciberarqueologia, Archaeogaming e Humanidades Digitais aplicadas ao passado;
- 3.2 Fluxos de trabalho 3D para digitalização de acervos (escâner LiDAR, fotogrametria, drones, nuvem de pontos);
- 3.3 Impressão 3D de réplicas digitalizadas de acervos;
- 3.4 Extroversão de acervos digitais (bancos de dados, plataformas de exposição on-line);
- 3.5 Arqueologia em redes sociais: interfaces e meios de comunicação com o público.

4 Legislação brasileira:

- 3.1 Legislação museológica;
- 3.2 Legislação arqueológica.

REFERÊNCIAS

ANDREFSKY, William. **Lithics: Macroscopic Approaches to Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências (aplicável à guarda de coleções arqueológicas em museus). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

_____. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol. 26, nº 2, vol. 27, nº 1, p. 4-15, 2013/2014.

CARVALHO LIMA JÚNIOR, Mario das Graças; PADILHA, Renata Cardoso. A representação da informação em acervo arqueológico musealizado: metadados sob a perspectiva de repositórios digitais. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 269-292, 2025. DOI: 10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/1031>. Acesso em: 17 jul. 2025.

COFEM. **Código de Ética do Profissional Museólogo**. *Diário Oficial da União*, Seção 1, nº 178, de 20 de set de 2021. Disponível em: https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2022/05/2021_08_28_Codigo-de-Etica-profissional-museologo.pdf. Acesso em 28 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (BRASIL). **Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?id=745&option=com_sisconama&task=arquivo.download. Acesso em: 17 jul. 2025.

DIAS, Marjori Pacheco. **Política de descarte em pauta: desafios para a Arqueologia Pública no Brasil**. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-25062025-145452/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

EKOSAARI, Maija; JANTUNEN, Sari; PAASKOSKI, Leena. Checklist para uma política de gestão de acervos. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 200–229, nov. 2014. DOI: 10.35699/2238-2046.15490. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15490>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FORTE, Maurizio. (ed.). **Cyber-Archaeology**. **BAR**, v. 2177, Oxford: Archaeopress, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Cultura material e arqueologia histórica**. Campinas: Unicamp, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto Editora, 2010.

GRAHAM, Shawn; HUFFER, Damien; SIMONS, Jaime. When TikTok discovered the human remains trade: a case study. **Open Archaeology**, Berlin, v. 8, n. 1, p. 196-219, 2022. DOI: 10.1515/opar-2022-0235. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opar-2022-0235>. Acesso em: 17 jul. 2025.

HENDERSON, Julian. **The Science and Archaeology of Materials: an Investigation of Inorganic Materials**. London: Routledge, 2000.

HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary. **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HILBERT, Klaus. **Ossos do ofício: um manual de arqueologia**. Curitiba: Prismas, 2016.

HOSTETTLER, Marco; BUHLKE, Anja; DRUMMER, Clara; EMMENEGGER, Lea; REICH, Johannes; STÄHELI, Corinne. (org.). The 3 Dimensions of Digitalised Archaeology: State-of-the-Art. **Data Management and Current Challenges in Archaeological 3D-Documentation**. Cham: Springer, 2024. DOI: 10.1007/978-3-031-53032-6. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-031-53032-6.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos do IPHAN em processos de licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 mar. 2015. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

JAMBO, Hermano Cezar Medaber; FÓFANO, Sócrates. **Corrosão: fundamentos, monitoração e controle**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

KANTAROS, Antreas; DOUROS, Panagiotis; SOULIS, Evangelos; BRACHOS, Konstaninos; GANETSOS, Theodore; PEPPA, Efstathia; MANTA, Eleni; ALYSANDRATOU, Elli. 3D imaging and additive manufacturing for original artifact preservation purposes: a case study from the Archaeological Museum of Alexandroupolis. **Heritage**, Basel, v. 8, e80, 2025. DOI: 10.3390/heritage8020080. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/heritage8020080>. Acesso em: 17 jul. 2025.

KERN, Arno Alvarez. **Arqueologia: o futuro de nosso passado**. Rio Grande: FURG, 2022.

LIMA, Tânia Andrade. Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre vidros históricos. **Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 2, p. 283–290, dez. 2002.

MAGALDI, Monique Batista; BRULON, Bruno; SANCHES, Marcela. Cibermuseologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. In: MAGALDI, Monique Batista; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia: desafios de um campo interdisciplinar**. Brasília: FCI-UnB, 2018. p. 135-155.

MARTIRE, Alex da Silva. Ciberarqueologia: o diálogo entre realidade virtual e arqueologia no desenvolvimento de Vipasca Antiga. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 14, n. 27, p. 29-52, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v14i27.10391>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MONTEIRO, Juliana. Da normalização ao acesso: reflexões sobre tratamento de dados para a divulgação. In: PONTES JUNIOR, João de; MONTINGELLI, Danilo (coord.). **Diálogos entre Museu e Tecnologia: Museu da Cidade de São Paulo**, 2023, 78-88. Disponível em: https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Museu-de-SP_web-red.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

MORAES WICHERS, Camila de A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol.26, nº 2. vol. 27, nº 1, p.16-39, 2013/2014.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCHETTO, Fernanda Bordin; BARROSO, Véra Lucia Maciel; COMPANY, Zeli Teresinha. **A arqueologia vai ao hospital: pesquisa arqueológica para a implantação do Centro Histórico- Cultural Santa Casa**. Porto Alegre: Faculdade Porto- Alegrense, 2009.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. **Pottery in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi Memória – História**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda vol.1, p.51-86, 1984.

PROUS, André. Os Artefatos Líticos, elementos descritivos classificatórios. **Arquivos do Museu de História Natural UFMG**, vol. 11, p. 1-89, 1986/1990. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/issue/view/946/265>. Acesso em: 5 ago. 2025.

RAYKOVSKA, Miglena; JONES, Kristen; KLECHEROVA, Hristina; ALEXANDROV, Stefan; PETKOV, Nikolay; HRISTOVA, Tanya; IVANOV, Georgi. Implementing digital documentation techniques for archaeological artifacts to develop a virtual exhibition: the Necropolis of Baley collection. **Journal of Computer Applications in Archaeology**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 202-212, 2024. DOI: 10.5334/jcaa.152. Disponível em: <https://journal.caa-international.org/articles/10.5334/jcaa.152>. Acesso em: 17 jul. 2025.

REINHARD, Andrew. **Archaeogaming: an Introduction to Archaeology in and of Video Games**. Oxford: Berghahn Books, 2018.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 2007.

SÃO PAULO (Estado); SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA; PORTINARI, Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de (org.). **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes**. Brodowski, SP: Governo do Estado de São Paulo; ACAM Portinari, 2010.

SCARCELLA, Simona. **Archaeological Ceramics: a Review of Current Research**. Oxford: British Archaeological Reports, 2011.

SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (org.). **A companion to digital humanities**. Malden: Blackwell, 2004. Disponível em: <https://companions.digitalhumanities.org/DH/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SHEPARD, Anna O. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1995.

SINOPOLI, Carla M. **Approaches to Archaeological Ceramics**. New York: Plenum Press, 1991.

TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (Org.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2006.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2019.

SYMANSKI, Luis Cláudio P.; SOUZA, Marcos André Torres de. de (org.). **Arqueologia histórica brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROGRAMA

1. Legislação educacional básica.
2. Políticas Públicas para Educação Superior.
3. Educação inclusiva e ações afirmativas.
4. Acesso e permanência do aluno na universidade.
5. Debates contemporâneos sobre educação e universidade.
6. Gestão administrativa e pedagógica na universidade.

7. A universidade no Brasil e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. (TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (arts. 1º a 4º), TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, Capítulo I - Dos direitos individuais e coletivos (art. 5º), Capítulo II - Dos direitos sociais (arts. 6º a 11), TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, Capítulo VII - Da administração pública (arts. 37 a 41), TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL, Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

_____. **Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025**. Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15142.htm. Acesso em: 22 jul.2025.

COIMBRA, Camila; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Cristina Dreossi. A evasão na Educação Superior: definições e trajetórias. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e228764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJsnNyNkFfJQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CUNHA, Maria Isabel da. Prática Pedagógica e Inovação: experiências em foco. In: MELLO, Elena Maria Billig; FREITAS, Ana Paula Salomão de (orgs.). **Inovação Pedagógica: investigações teórico-práticas no contexto educacional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_inovacao-investigacao.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GONÇALVES, Fábio dos Santos. O desafio para as ações afirmativas de caráter reparatório nas instituições de educação: entre racismo à brasileira e a justiça social para o povo negro. In: SALATINO, Alba Cristina; ROSA, Sabrina; MONTEIRO, Jade. (orgs.). **Relações étnico-raciais: saberes e visibilidades necessárias**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/464/123456789464.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 de jul. 2025.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256 set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229/pdfa>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PLETSCH, Márica Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior: experiências e desafios contemporâneos. In: MELO, Francisco Ricardo Lins V. de; GUERRA, Érica Simony F. M.; FURTADO, Margareth Maciel F. D. (Orgs.). **Educação Superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Campos dos Goytacazes. EncontroGrafia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://inlui.org/wp-content/uploads/2021/12/e-book-Educacao-Superior-inclusao-e-acessibilidade.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SANTOS, Cidmar; BORGES, Reginaldo; PEREIRA JUNIOR, Edson Hermenegildo; KUHN, Peterson Diego; SANTOS, José Airton Azevedo dos. Evasão no ensino superior brasileiro: uma percepção das predisposições, causas e consequências. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, SP, Brasil v.15, n.2, p.01-21, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3515/2169>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028**. FURG, 2023. Disponível em: https://planejamento.furg.br/images/Final_revisado_PDI_2024_2028.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/CONSUN/2024/Resolucao_46.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, 2024. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/CONSUN/2024/Resolucao_45.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Política de Extensão da FURG**, 2015. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/arquivos/consun-deliberacoes/2015/02715.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Política Institucional de Inovação Pedagógica e Flexibilização Curricular**, 2024. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/COEPEA/2024/Pleno/Resolucao_230.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio, discriminação e outras formas de violência da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, 2023. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/CONSUN/2023/Resolucao_15RETIFICADA289.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos Cursos de Graduação**, 2023. Disponível em: https://conselhos.furg.br/arquivos/resolucao/COEPEA/2023/Pleno/Resolucao_129_2023.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. **Regulamenta o processo de Curricularização das ações de Extensão nos cursos de graduação da FURG**, 2022. Disponível em:
https://prograd.furg.br/images/Regulamenta_o_processo_de_curricularizao_das_aes_de_extenso.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PROGEP
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – DDP



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - EDITAL Nº 17/2025
MUSEÓLOGO E TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Atividades	Início	Término
Publicação do edital, banca examinadora, cronograma, programa e referências	13/08/2025	-
Período de inscrições	20/08/2025	09/09/2025
Período de envio de atestados para atendimento especial	20/08/2025	09/09/2025
Período para solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição	20/08/2025	26/08/2025
Publicação da relação de candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	01/09/2025	-
Período para interposição de recurso contra indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição	02/09/2025	-
Publicação do resultado dos recursos	08/09/2025	-
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	10/09/2025	-
Publicação das inscrições homologadas e atendimento especial	19/09/2025	-
Período para interposição de recurso contra homologação das inscrições (geral e cotas) e atendimento especial	22/09/2025	-
Período para pedidos de impugnação da banca examinadora	22/09/2025	23/09/2025
Resposta aos recursos sobre homologação das inscrições, atendimento especial, cotas e impugnação de banca	ATÉ 29/09/2025	-
Publicação da confirmação de data, horário e locais de prova	ATÉ 30/10/2025	-
Aplicação das provas (data provável)	30/11/2025	-
Divulgação do gabarito preliminar	01/12/2025	-
Período para interposição de recurso contra o gabarito	02/12/2025	-
Publicação do gabarito definitivo	10/12/2025	-
Publicação do resultado preliminar da prova teórica	17/12/2025	-
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova teórica	18/12/2025	-
Publicação do resultado definitivo da prova teórica	08/01/2026	-
Chamada pública para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos	ATÉ 20/01/2026	-
Procedimento de confirmação complementar à autodeclaração dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos	ATÉ 29/01/2026	-
Divulgação do resultado preliminar do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos - Divulgação do resultado preliminar do procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração dos candidatos indígenas ou quilombolas - Divulgação do resultado preliminar do procedimento de caracterização da deficiência dos candidatos inscritos como pessoas com deficiência	03/02/2026	-
Período de recurso contra o resultado do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos - Período de recurso contra resultado preliminar do procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração dos candidatos indígenas ou quilombolas - Período de recurso contra o resultado preliminar do procedimento de caracterização da deficiência dos candidatos inscritos como pessoas com deficiência	04/02/2026	-

Publicação do resultado final do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos - Publicação do resultado final do procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração dos candidatos indígenas ou quilombolas - Publicação do resultado final do procedimento de caracterização da deficiência dos candidatos inscritos como pessoas com deficiência	ATÉ 10/02/2026	-
Período para envio dos documentos para prova de títulos	19/02/2026	20/02/2026
Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	09/03/2026	-
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	10/03/2026	-
Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	16/03/2026	-
Publicação do resultado final do concurso	ATÉ 20/03/2026	-

OBS: Este cronograma poderá sofrer alterações sempre que necessário.